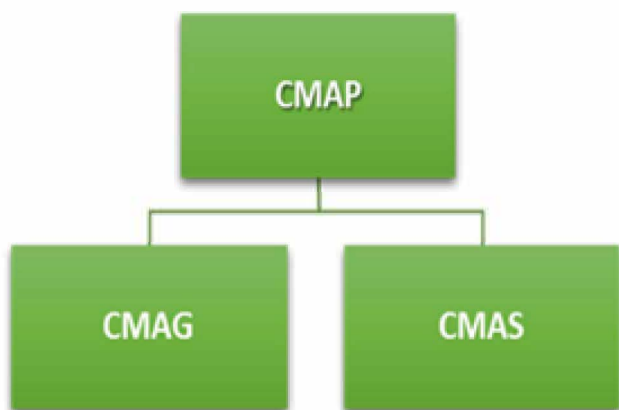


CMAP comemorou 2 anos de existência

No dia 12 de junho, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP comemorou 2 anos de existência, e a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), como apoiadora técnica e administrativa do Conselho, traz um balanço de sua carteira.

O CMAP tem competência para executar uma importante etapa do ciclo da política pública: a avaliação, cujos resultados permitem a emissão de recomendações para o aprimoramento das políticas públicas do governo federal. Esse Conselho interministerial delibera sobre recomendações de aprimoramento decorrentes das avaliações e congrega autoridades das Secretarias Executivas responsáveis pela operacionalização das políticas alocativa e fiscal, pelo controle interno e pela coordenação e interlocução com os órgãos executores de políticas públicas, funções exercidas pelo Ministério da Economia (ME), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pela Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), respectivamente.

Estrutura do CMAP

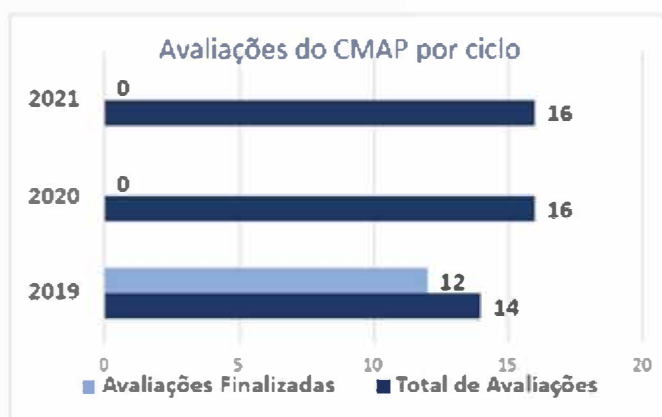


Os Comitês vinculados ao Conselho são a primeira instância de deliberação das recomendações resultantes das avaliações: o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios - CMAS, como instância responsável pelo monitoramento e avaliação dos subsídios da União, e o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos – CMAG, pela avaliação das políticas públicas que são custeadas com recursos que estão explícitos no orçamento da União.

Cada Comitê é formado por: i) quatro membros do ME - no CMAG: Secap, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria de Previdência (SPREV); e no CMAS: Secap, STN, Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB); ii) dois da Secretaria Federal de Controle da CGU; e iii) dois da CC/PR.

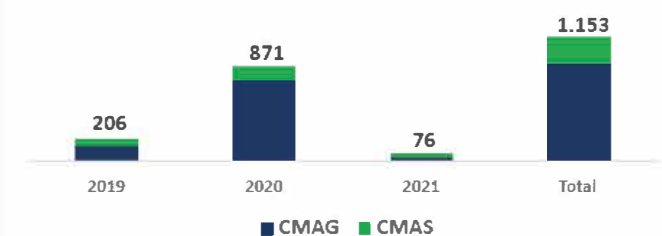


Nesses 2 anos de existência, o CMAP tem 46 avaliações em sua carteira, provenientes de 3 ciclos de avaliação, 2019, 2020 e 2021.



O ciclo de 2019 foi composto por 14 avaliações; e, a partir de então, tem-se selecionado 16 políticas públicas ao ano, metade financiada por gasto direto e metade por subsídio. Cabe mencionar ainda que, 12 foram finalizadas, 18 estão em fase de aprovação das recomendações e 16 em execução. Ademais, 6 políticas já tem plano de ação do gestor para implementar as recomendações e aprimorar a política.

Orçamento das políticas avaliadas pelo CMAP (R\$ bilhões)

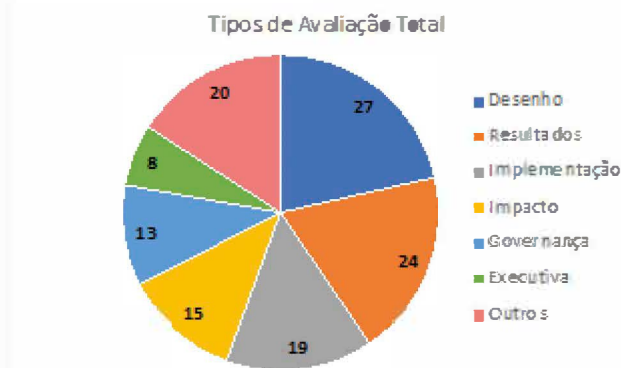


Essas avaliações correspondem a parte importante do financiamento das políticas públicas federais, somando R\$ 1,153 trilhão, 79% de gastos diretos e 21% de subsídios. Cabe mencionar que, nos gastos diretos, as ações orçamentárias selecionadas podem ser agregadas a outras para definição do escopo a ser avaliado.

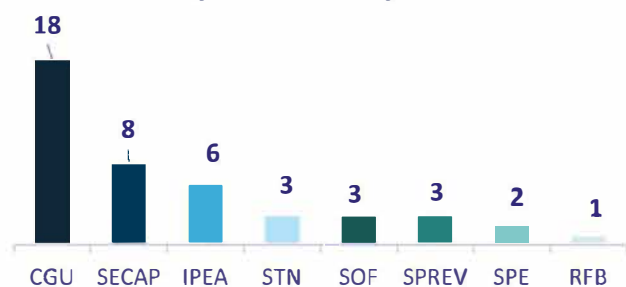
A avaliação conta com uma etapa de execução que procura abordar, também, diversos aspectos da política, como: desenho, efetividade, governança, implementação e outros.

Para isso, nos três ciclos, foram elaboradas mais de 160 questões avaliativas que se distribuíram entre diversos tipos.

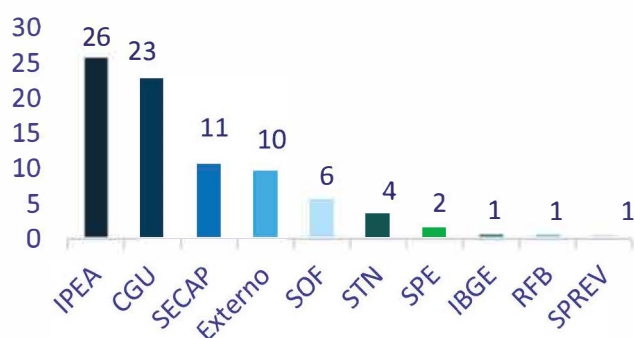
A avaliação *ex-post* no âmbito do CMAP tem uma etapa de execução de 12 meses, que busca compatibilizar qualidade de produção de evidências com tempestividade para retroalimentar o ciclo da política pública e promover a melhoria da qualidade do gasto público. Os membros e apoiadores do governo federal, além de colaboradores externos, são responsáveis por atuar na coordenação e execução das avaliações realizadas, colaborando para a fundamentação de seus achados, conclusões e recomendações.



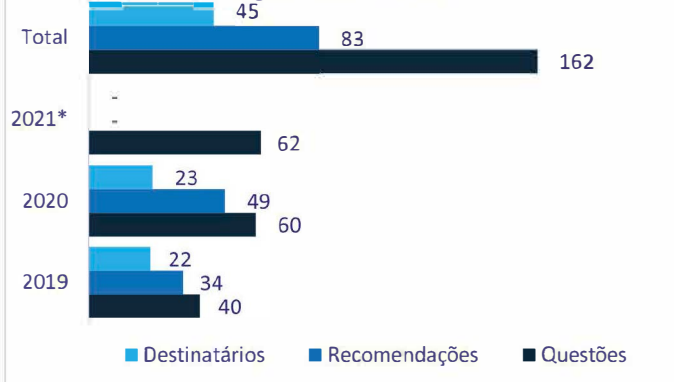
Coordenação das avaliações do CMAP



Execução de avaliações do CMAP



Número de Questões, Recomendações e Órgãos Destinatários



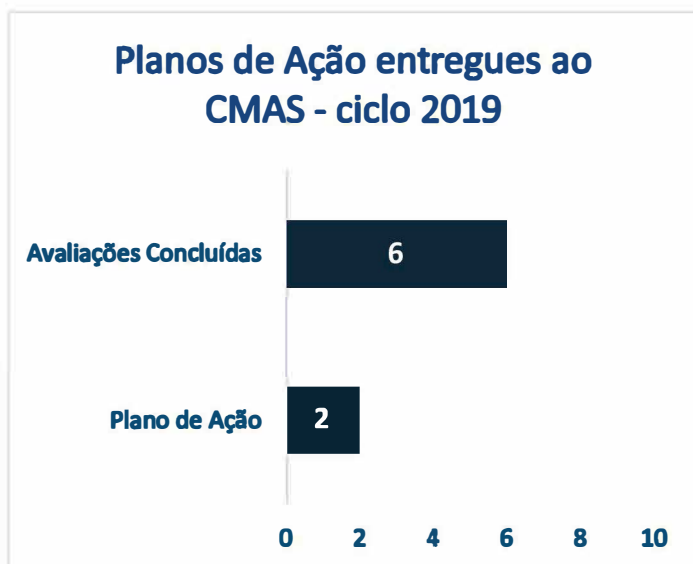
As 100 questões avaliativas de 2019 e 2020 já produziram mais de 80 propostas de recomendações a 45 unidades do governo federal.

Por unidades do governo federal, entendem-se os gestores da política avaliada ou outros órgãos envolvidos com ela. Por exemplo, na avaliação do seguro defeso o destinatário da recomendação é a Secretaria de Aquicultura e Pesca do MAPA.

Quanto aos ciclos, as 14 avaliações do ciclo 2019 começaram pouco antes de o CMAP ser instituído pelo Decreto nº 9.834 de 12 de junho de 2019, mas já contaram com o auxílio dos atuais membros dos Comitês. Àquela época, as fases do processo de avaliação *ex-post* ainda não estavam definidas, ainda não existiam critérios de seleção das políticas que seriam avaliadas em cada ciclo, nem prazos de início e fim de cada fase do processo, tampouco prazo para divulgação dos resultados das avaliações. Contava-se apenas com a *expertise* dos técnicos dos órgãos que atualmente são membros dos Comitês para definir a prioridade e então a composição da agenda de avaliação instituída para o ciclo de 2019. Algumas políticas de subsídios da União, como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o Cebas-Educação e outras que envolvem gastos diretos da União, como o Seguro Desemprego e o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), são exemplos de avaliações realizadas em 2019. Seus relatórios estão disponíveis em: bit.ly/relatorios-de-politicas-cmap.



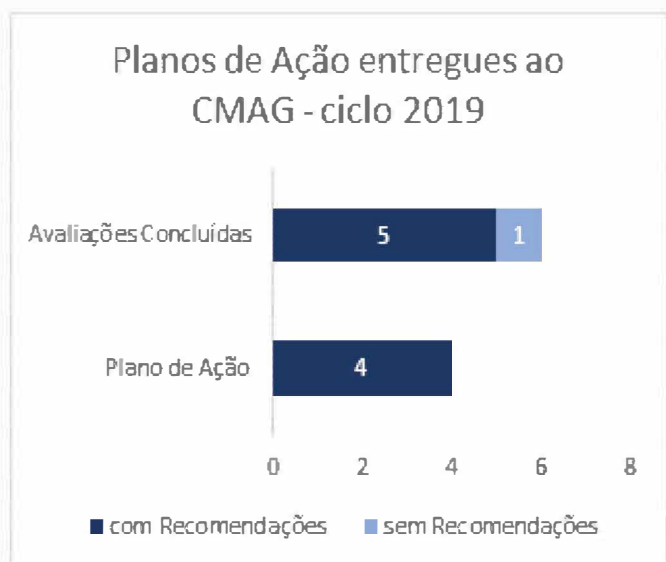
Além do processo de avaliação, outro processo complementar instituído pelo CMAP é o de monitoramento das recomendações que surgirem das avaliações. O plano de ação enviado aos Comitês pelos destinatários das recomendações é o documento sobre o qual o CMAP vai se basear para monitorar essas recomendações. Para o ciclo 2019, das 6 políticas financiadas por gastos diretos já avaliadas, 5 apresentaram recomendações e, destas, 80% já tem planos com ações de aprimoramento: Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), Defesa Agropecuária – Inspeção Animal e Judicialização dos Benefícios pagos pelo INSS. Por sua vez, para os subsídios da União, das 8 políticas avaliadas, 6 já foram finalizadas e apresentam recomendações, sendo que 2 já enviaram planos de ação (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES). A CGU é o órgão responsável por executar o monitoramento e reportará ao CMAP o cumprimento das ações dispostas nos planos de ação e a efetividade das alterações propostas.



Um avanço a ser ressaltado é que o ciclo 2020 de avaliações contou com regramento definido por meio de resoluções dos Comitês e do Conselho, e deixou mais claro quem são os atores e quais são suas atribuições nos processos de avaliação e qual o cronograma a ser seguido em cada ciclo. Além disso, o escopo das avaliações passou a ser definido em grupos de pré-avaliação que contarão com a participação de especialistas nas políticas a serem avaliadas.

O atual ciclo contém 16 avaliações - que estão em fase de aprovação até julho de 2021 – coordenadas por membros dos Comitês ou por seus apoiadores, e conta ainda com assessoria técnica da Enap em 4 avaliações e a participação da Unicef como executora de uma questão da avaliação do Programa Bolsa Família em conjunto com o IPEA. Em junho e julho de 2021, há uma extensa agenda de reuniões dos Comitês e do CMAP para deliberar as recomendações dessas 16 avaliações do ciclo 2020.

Os resultados dessas avaliações e as recomendações de aprimoramento serão divulgados em até 10 dias úteis após a deliberação pelo CMAP. Até 31 de agosto, esses resultados e as recomendações serão encaminhados ao Congresso Nacional, por meio de um relatório, e apresentados à Comissão Mista de Orçamento até 30 de setembro.



Outras 16 avaliações do ciclo 2021 já tiveram suas questões definidas em oficinas de pre-avaliação e foram apresentados os respectivos planos de trabalho que marcam o início da execução dessas avaliações. São exemplos, a Desoneração de PIS/COFINS sobre os produtos da Cesta Básica; Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que fabricam ou importam medicamentos; Aprimoramento da Segurança Pública Nacional e Expansão, Restruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior. Ressalta-se que, neste ciclo, ampliou-se a rede de colaboradores e as avaliações contam com 7 assessorias técnicas da Enap e com a participação de 3 instituições: BID, FGV, IEPS, além de pesquisadores externos.

Estes são números, mas não demonstram o todo. Não captam a qualidade das análises e o envolvimento dos membros, apoiadores e colaboradores com o resultado, que se observa no dia a dia da execução das avaliações. O que se sabe é que diversos gestores começaram a tomar medidas saneadoras de problemas antes do término das avaliações do CMAP e que essas têm sido utilizadas para embasar propostas normativas e outros estudos produzidos nos diferentes órgãos da administração pública federal. Tais números não captam também outra parte fundamental que é a atuação diária dos atores do CMAP com a institucionalização do processo, disseminação da cultura e o enfrentamento dos desafios postos para a área, a ser abordada em próximo Boletim.

“Ao longo de 2 anos, o CMAP conta com 46 avaliações em sua carteira, já definiu regras do processo de avaliação e monitoramento das recomendações e dá transparência aos seus atos”.



MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA
Bruno Funchal

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA
Gustavo José de Guimarães e Souza

SUBSECRETÁRIA DE AVALIAÇÃO DE GASTO DIRETO
Aumara Feu

SUBSECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO DE SUBSÍDIO DA UNIÃO
Nelson Leitao Paes

COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO - CFIC
Carlos Renato de Melo Castro
Seiji Kumon Fetter
Leonardo Carvalho de Mello
Giovani Silva Machado
Filipe Tomaz Figueiredo Duarte
Elton Menezes do Vale

COORDENAÇÃO GERAL DE AVALIAÇÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS - CGAT
Rodrigo Leandro de Moura
Igor Vinicius de Souza Geracy
Rafael Luis Giacomini
Ana Cristina Secchi Correia
Ronan Luiz da Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO DE GASTOS DIRETOS - COART
Wilsimara Maciel Rocha
Roberta da Silva Vieira
Henrique Chaves Faria Carvalho
Ana Paula Piedade Pedrosa
Daniela Sherring Siqueira

COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS FISCAIS - COEF
Jossifram Almeida Soares
Carlos Henrique Rosa
Fernando Lima Madeira
Rodney Stanev

Para mais informações acesse:

